

Agenda Antigênero na Educação: *análise relacional comparada do Brasil e do Chile*

Anti-Gender Agenda in Education:
comparative relational analysis of Brazil and Chile

Agenda antigénero en educación:
análisis relacional comparativo entre Brasil y Chile

 **BRUNA DALMASO-JUNQUEIRA***

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil.

 **MARIA TERESA ROJAS****

Universidad Alberto Hurtado, Chile.

 **IANA GOMES DE LIMA*****

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

RESUMO: Neste artigo investigam-se similaridades, particularidades e contradições das agendas antigênero na educação brasileira e na chilena. Para isso, foram utilizados dados teóricos e empíricos construídos em pesquisas em andamento. A partir de sua análise, constataram-se diferentes níveis de institucionalização dessa agenda antigênero, embora seu avanço antidemocrático e excludente tenha ressonância nos dois países, nos quais são construídas alianças contingenciais por diferentes atores/atrizes hegemônicos/as, além da articulação com políticas racistas e anti-migratórias. Nessa análise comparativa, vê-se a importância de refrear discursos e políticas que legitimam tal agenda, como se vê no contexto brasileiro, diferentemente do Chile,

* Doutora em Educação. Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense. *E-mail:* <dalmaso.junqueira@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Acadêmica Associada na Faculdade de Educação da Universidad Alberto Hurtado, Chile. *E-mail:* <mtrojas@uahurtado.cl>.

*** Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* <ianagomesdelima@gmail.com>.

que demonstra um arcabouço normativo mais robusto de políticas de gênero e sexualidade, o que protege suas populações e pode prevenir o avanço de políticas excludentes.

Palavras-chave: Agenda antigênero. Políticas educacionais. Análise relacional comparada. Brasil. Chile.

ABSTRACT: This article investigates the similarities, particularities, and contradictions of anti-gender agendas in Brazilian and Chilean education. On this account, theoretical and empirical data from different ongoing research were used. Based on the analysis, different levels of institutionalization of this anti-gender agenda were found, even though its antidemocratic and exclusionary advance resonates in both countries, the contingent alliances are built by different hegemonic actors, in addition to the articulation with racist and anti-migration policies. This comparative analysis shows the importance of restraining discourses and policies that legitimize such an agenda, as seen in the Brazilian context, unlike Chile, which demonstrates a more robust normative framework for gender and sexuality policies, which protects its population and can prevent the advance of exclusionary policies.

Keywords: Anti-gender agenda. Educational policies. Comparative relational analysis. Brazil. Chile.

RESUMEN: Este artículo investiga similitudes, particularidades y contradicciones de las agendas antigénero en la educación brasileña y chilena. Para ello, se utilizaron datos teóricos y empíricos construidos en investigaciones en curso. Desde su análisis se encontraron diferentes niveles de institucionalización de la agenda antigénero, aunque su avance antidemocrático y excluyente tiene resonancia en ambos países, en los que se construyen alianzas contingentes por parte de diferentes actores/actrices hegemónicos/as, además de articulación con políticas racistas y antimigratorias. En este análisis comparativo, vemos la importancia de frenar los discursos y políticas que legitiman tal agenda, como se ve en el contexto brasileño, a diferencia de Chile, que demuestra un marco normativo más robusto para las políticas de género y sexualidad, que protege a sus poblaciones y puede prevenir el avance de las políticas excluyentes.

Palabras clave: Agenda antigénero. Políticas educativas. Análisis relacional comparativo. Brasil. Chile.

Introdução

A agenda conservadora antigênero tem se proliferado de maneira crescente no mundo, em particular, na América Latina, especialmente no campo da educação. Em vários países da região, testemunhamos uma reação coordenada – em muito, organizada pelas redes sociais – contra políticas que promovem a inclusão e o respeito a diversidade sexual, educação sexual integral e equidade de gênero. Essas iniciativas conservadoras articulam uma série de temas, desde a ‘restauração da ordem’ e a segurança militar nas escolas, até movimentos de privatização da educação e a interdição de debates sobre gênero e diversidade sexual. Sob a narrativa falaciosa da ‘ideologia de gênero’, que estaria sendo imposta em escolas, grupos antigênero argumentam que tais políticas ameaçam a estrutura familiar tradicional (cisheteronormativa) e o seu direito de escolher a educação de suas filhas e filhos, numa retórica que encontra ressonância tanto em grupos ultraconservadores quanto em setores liberais.

Diante desse cenário, é crucial analisar os casos do Brasil e do Chile. Ambos os países passaram por governos de centro-esquerda que promoveram agendas de abertura, anti-discriminação e diversidade sexual – o Brasil, sob os governos de Lula e Dilma, e o Chile, sob o governo de Bachelet, continuado atualmente por Boric. Além disso, enfrentaram pressões de movimentos sociais que impulsionaram esses avanços, como o movimento feminista e estudantil no Chile e os movimentos feminista, negro, LGBTQIA+, indígena e sindical no Brasil. Esses países compartilham também experiências de regimes militares ditatoriais, que têm seus ideais reavivados com força em reação conservadora aos avanços progressistas. Enquanto o Brasil vivenciou um governo de extrema-direita que legitimou e consolidou essa agenda conservadora e antigênero, no Chile um movimento político ainda em processo de expansão tem se dedicado à sua popularização.

A influência das igrejas na formação social e política, bem como o impacto de movimentos transnacionais – como o *Con Mis Hijos No Te Metas*¹ – são elementos centrais para entender essa onda conservadora antigênero e antifeminista. Analisar esses processos permite não apenas entender os desafios enfrentados por ambos os países, mas também oferece lições valiosas para toda a região na defesa da diversidade e da democracia.

Diante disso, o presente artigo dedica-se à análise relacional comparativa da expansão da agenda antigênero nos contextos educacionais brasileiro e chileno. A partir de dados teóricos e empíricos construídos em pesquisas em andamento conduzidas pelas autoras, propõe-se investigar similaridades, particularidades e contradições presentes nesse fenômeno em ambos os países. Parte-se da apresentação da metodologia utilizada, dos antecedentes históricos que levam à proliferação dessa agenda e, finalmente, do contraste analítico entre os componentes discursivos da agenda, os/as atores/atrizes envolvidos/as em sua promoção, as alianças políticas formadas, além do entrecruzamento de suas pautas com outras agendas excludentes e autoritárias, como políticas racistas e anti-migratórias.

Metodologia

O quadro teórico-metodológico utilizado na pesquisa buscou analisar de forma comparada e relacional (HART, 2002; APPLE, 1982; MOELLER, 2018; DALMASO-JUNQUEIRA & MOELLER, 2024) o avanço da agenda antigênero nos contextos educacionais brasileiro e chileno. Em levantamento bibliográfico sobre o tema nas bases de dados Scopus e Portal de Periódicos da CAPES foram recuperados 20 artigos científicos – 14 brasileiros e seis chilenos (desequilíbrio que aponta as lacunas do campo no contexto chileno). Entre os resultados foram recuperadas revisões de literatura que sistematizam o debate acadêmico feito no contexto brasileiro sobre a narrativa da ‘ideologia de gênero’ – um elemento fundante da agenda antigênero em nível global (SILVA, 2018; JUNQUEIRA, 2018, 2022; HAMLIN, 2021; REZENDE & SOL, 2021; BARZOTTO, 2021). A partir do corpus levantado foi possível compor um horizonte contextual que informasse o já produzido e aquilo que se beneficia de novas contribuições analíticas.

O artigo apresenta a análise de dados produzidos em pesquisas às quais as autoras estão vinculadas. A primeira pesquisa chama-se *As alianças conservadoras, a política e a prática educacional: um estudo de caso comparativo do Brasil, do Chile, e dos Estados Unidos*², da qual fazem parte as três autoras. Em um momento prévio, a investigação dedicou-se a identificar temáticas recorrentes em discursos enunciados por agentes políticos/as em defesa de agendas conservadoras na educação, dados que informam parte das reflexões aqui propostas. Além disso, na fase atual da pesquisa, comunidades escolares (direções, docentes e familiares) do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos têm sido ouvidas acerca de seu apoio a políticas conservadoras. Busca-se compreender quais elementos do discurso previamente identificados têm sido fundamentais no processo de convencimento das comunidades, de forma a gerar suporte e engajamento a políticas conservadoras.

A segunda pesquisa que agrega dados à análise chama-se *Políticas de gênero e diversidade sexual na escola: traduções dos atores escolares no início de uma agenda sobre justiça social de reconhecimento no Chile*³, na qual Maria Teresa Rojas e sua equipe realizam entrevistas em profundidade com 15 atores/atrizes que participaram do debate público sobre políticas de saúde, gênero, diversidade sexual e sexualidade no campo da educação chilena. O estudo analisa a relevância das políticas educativas de gênero e diversidade sexual desde o governo de Bachelet, focando as necessidades de educação sexual integral nas escolas. Junto disso, busca-se identificar quais atores/atrizes são favoráveis ou avessos/as à continuidade dessas políticas.

A partir de dados construídos em ambas as pesquisas, faz-se uso da análise comparada e relacional, de forma a compreender fenômenos sociais em suas relações com as dinâmicas de poder que estruturam a sociedade (APPLE, 1982). Busca-se trazer à superfície similaridades e particularidades de ambos os contextos, assim como as contradições que permeiam os processos de defesa, resistência e implementação dessa agenda. Para

tal, fazemos também uso de um quadro analítico proposto por Bruna Dalmaso-Junqueira e Kathryn Moeller (2024) para analisar a agenda antigênero no campo educativo de forma transnacional. Segundo as autoras, ainda que haja especificidades acerca do discurso produzido pelas e para as políticas e práticas educativas em distintos contextos nacionais, análises comparadas oferecem a possibilidade de traduzir descobertas para outros contextos de investigação.

Dessa forma, antes da apresentação da discussão analítica, e com base no levantamento bibliográfico realizado, passamos à apresentação de conceitos cruciais para a compreensão da agenda antigênero.

Definindo a agenda antigênero

Compreendida como um conjunto de discursos e políticas conduzidos por alianças entre grupos hegemônicos, a agenda antigênero tem avançado de forma transnacional a partir de algumas premissas fundamentais acerca da realidade, sendo a mais central delas a narrativa sobre a ‘ideologia de gênero’ que estaria sendo inculcada em escolas. De acordo com seus/suas defensores/as, a mobilização dessa agenda se justifica pela suposta ameaça a que estariam expostas crianças e jovens diante de uma manipulação organizada para a sexualização precoce, doutrinação feminista e ‘homossexualização’ em espaços escolares. Nessa narrativa, as equipes pedagógicas – especificamente docentes – seriam as responsáveis por essas ameaças, sendo imprescindível, portanto, defender a inocência da infância e da juventude ao vigiar e controlar a docência assim como os espaços escolares.

O que a literatura brasileira e a mundial demonstram acerca dessa agenda antigênero é, principalmente, seu caráter produtor de pânico morais (MISKOLCI & CAMPANA, 2017; BUTLER, 2019; JUNQUEIRA, 2022; CORRÊA & PATERNOTTE, 2018). Desde sua origem, a narrativa da ‘ideologia de gênero’ carrega o propósito de caracterizar como perigosos os movimentos e estudos que, historicamente, representam lutas pela expansão de direitos humanos, equidade social e de gênero. Criada nos anos 1990 pela hierarquia da Igreja Católica, a suposta ameaça da ‘ideologia de gênero’ surge em resposta aos avanços que faziam os movimentos de mulheres, feministas e LGBTQIA+ em escala global. Segundo Sara Garbagnoli (2016), ao perceber as transições sociais que tais movimentos provocavam na realidade – fazendo questionar a estrutura sexualmente desigual sob a qual as sociedades estavam estruturadas, assim como promover a desnaturalização da correspondência entre gênero e sexualidade –, o Vaticano reagiu. Diante do enfraquecimento da hegemonia cristã baseada em dogmas, *gênero* tornou-se o novo inimigo a ser combatido pela Igreja, como uma ameaça às famílias e ao ‘verdadeiro papel’ das mulheres na sociedade – um papel cisheteronormativo e patriarcal, que resguarda as mulheres ao trabalho reprodutivo e ao âmbito privado.

Décadas mais tarde, a narrativa da 'ideologia de gênero' se rearticula, sendo mobilizada em discursos conservadores pelo resgate de valores e instituições que se transformaram à medida que avançavam as pautas de movimentos sociais em distintos contextos globais (os casos brasileiro e chileno serão detalhados adiante no texto). Pesquisas na área indicam também o caráter cooperativo de distintos/as atores/atrizes globais em movimentos nacionais antigênero desde a década de 1990, cooperação essa por vezes institucionalizada (KUHAR & PATERNOTTE, 2017; GRAFF & KOROLCZUK, 2021). A partir dos anos 2010, é possível observar o avanço significativo dessa agenda no campo educacional. Espaço de disputa de visões de mundo e projetos societários, a educação torna-se foco de mobilização, reunindo não somente grupos e pautas religiosos e/ou conservadores, como outros grupos sociais em busca de hegemonia ideológica e econômica. Nesse sentido, a agenda antigênero se caracteriza por ser pauta de diferentes e contingenciais alianças, proporcionando a intersecção de distintos temas e grupos, mobilizando o poderoso instrumento de comoção social, o pânico moral.

Segundo Dalmaso-Junqueira e Moeller (2024), é possível identificar elementos constituintes do discurso mobilizado nessa agenda. Note-se que não são esses os componentes necessariamente presentes em toda manifestação da pauta, mas são elementos mapeados em distintos contextos a partir da revisão de literatura e da investigação empírica sobre o tema (JUAN-TORRES, 2023; BUTLER, 2019; HOLVIKIVI *et al.*, 2024). Para as autoras, chamam a atenção

1) a compreensão binária biológica de sexo/gênero; 2) a centralidade da família tradicional nuclear e cis-heteronormativa como a base da sociedade e da nação; 3) a crença de que as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo dentro e fora do lar; 4) o medo do Outro, especificamente qualquer um que desafie essas identidades binárias e cis-heteronormativas (feministas, trans e LGBTQIA+); 5) a ameaça ontológica que esses Outros representam para a própria existência dos sujeitos e para a segurança e inocência de crianças e jovens (especificamente em relação à pedofilia, à sexualização de crianças e adolescentes e à identidade); 6) o discurso de perseguição religiosa contra cristãos (incluindo a ameaça aos valores familiares e a suposta imposição de outras crenças religiosas ou espirituais, como tradições religiosas africanas e afro-brasileiras); 7) desconfiança e perseguição de docentes da educação básica e superior, além de gestoras/es (como se fossem doutrinadores, agressores e/ou pedófilos); 8) a articulação frequente com agendas supremacistas brancas, nacionalistas, anti-imigrantes e anti-negros/as; e 9) medo dos pensamentos marxistas, socialistas e comunistas (DALMASO-JUNQUEIRA & MOELLER, 2024, p. 7).

Como forma de contribuir com esse quadro analítico, agregamos à reflexão os seguintes elementos que mapeamos: 10) a apropriação e ressignificação da linguagem produzida pelo campo dos direitos humanos e usadas pelos movimentos sociais de modo a pautar o debate; e 11) a intenção de internacionalização partilhada por grupos que defendem a agenda, buscando interlocutores/as politicamente alinhados/as em redes transnacionais.

A partir dessa compreensão acerca da agenda antigênero, passamos a uma breve contextualização histórica para situar o desenvolvimento desse fenômeno nos contextos brasileiro e chileno. Em seguida, apresenta-se a análise relacional comparada, levando em conta o quadro analítico aqui introduzido e os dados levantados nas pesquisas em andamento.

Contextualização histórica: como e quando a onda antigênero se instala nos dois países

Antecedentes no Brasil

No Brasil, o discurso e o movimento antigênero e antifeminista chegam ao amplo debate público e político a partir dos anos 2010, especialmente com a tramitação do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 para ser implementado durante dez anos. Grupos religiosos e conservadores passaram a se opor à inclusão da igualdade de gênero em políticas educacionais, buscando modificar ou excluir partes que a promovessem. Esses grupos manifestavam preocupação com aquilo que passou a ser denominado ‘doutrinação’ na educação de crianças e jovens, que seriam suscetíveis a docentes desejosos/as de subverter valores familiares por meio da chamada ‘ideologia de gênero’. Como um dos principais eixos estruturantes desse movimento antigênero e antifeminista no Brasil tem-se a direita cristã, que se articula com outros grupos e constitui um ideário em torno da ‘família tradicional’, do militarismo, do anticomunismo e de valores de mercado (LACERDA, 2019). Para esses grupos, a ‘ideologia de gênero’ se torna a vilã a ser perseguida na sociedade e, em especial, na educação.

Compreendemos que esse movimento antigênero está relacionado à ampliação de direitos sociais que ocorreu centralmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entre 2003 e 2016, foram alcançadas importantes conquistas em leis aprovadas, resultado de anos de lutas por reconhecimento e direitos de grupos historicamente marginalizados. São exemplos a criminalização da violência contra a mulher e a criação de uma secretaria especial para mulheres, a criminalização da homofobia e o reconhecimento de uniões homoafetivas como constitucionais, a instituição de cotas raciais nas universidades e a regulamentação de direitos para empregados/as domésticos/as.

Entretanto, é a proposição de políticas públicas destinadas a promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino que marca o início de uma nova fase da reação conservadora, que passa a ser especificamente ‘contra o gênero’ na educação. Em dezembro de 2013, o Programa Escola Sem Partido – ESP foi discutido pela primeira vez no plenário da Câmara, criticando a introdução da ‘ideologia de gênero’ nas escolas. O nome da proposta faz referência ao Programa Escola sem Homofobia, que buscavam

interditar. Ao unir sua demanda original de combate à ‘doutrinação marxista’ nas escolas com a agenda antigênero, o ESP se expandiu nacionalmente. Com isso, a ‘ideologia de gênero’ não apenas passou a ser considerada uma verdade nos discursos político e popular, mas também passou a gerar pânico moral notadamente entre famílias cristãs e conservadoras. Ainda em 2013, postos em comissões relevantes para o ativismo contra o gênero também passaram a ser ocupados, tornando-se evidente com o exercício da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias por um pastor evangélico, o deputado Marco Feliciano.

A ascensão de Jair Bolsonaro é outra marca importante para o fortalecimento da agenda antigênero e antifeminista. Durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), Bolsonaro despontou ao concentrar seu discurso parlamentar em temas relacionados à moral sexual, que não faziam parte de seu repertório original. Durante sua campanha eleitoral em 2018, Bolsonaro fez discursos ridicularizando a comunidade LGBTQIA+, por exemplo (EL PAÍS, 2018); uma de suas principais bandeiras eleitorais foi a ‘limpeza ideológica da escola’. Com sua eleição, essa agenda conquistou ainda mais legitimidade na conjuntura sociopolítica brasileira, e o avanço conservador na área da educação, que já vinha se consolidando, adquiriu caráter de política de Estado.

Não é sem resistência que esse movimento ocorre no Brasil, entretanto. Embora muitos projetos de lei tenham sido propostos – e alguns aprovados – com base no programa do ESP, em 2020, uma importante decisão do Supremo Tribunal Federal – STF respondeu à altura. Por unanimidade, foi julgada inconstitucional a Lei 1516/2015 do município de Novo Gama (GO), que proibia a utilização de material didático que supostamente contivesse ‘ideologia de gênero’ em escolas municipais. Segundo o ministro Alexandre de Moraes, a lei violava princípios constitucionais (BRASIL, 1988) concernentes à promoção do bem de todos/as (artigo 3º, inciso IV) e, por consequência, o princípio segundo o qual todos e todas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (artigo 5º, *caput*).

Delimitando precedentes jurídicos que identificam um movimento autoritário e censor em políticas antigênero, o STF demonstrou também reciprocidade com movimentos sindicais, feministas, de estudantes, negros, indígenas e LGBTQIA+ que se manifestam continuamente contra as chamadas ‘leis da mordaza’. Ao mesmo tempo em que avançam políticas conservadoras no contexto educacional brasileiro, tem sido notável o engajamento popular na defesa da educação democrática – visto em ocupações estudantis em 2016, movimentos feministas como o #EleNão em 2018, organizações jurídicas e associações civis em defesa do direito de ensinar e aprender, além da mobilização local que pode ser identificada em esforços de docentes comprometidas/os com as agendas de equidade de gênero e racial em suas aulas na educação básica (DALMASO-JUNQUEIRA, 2024). Da mesma forma, é também considerável o crescimento de pesquisas e produções acerca da temática no contexto acadêmico brasileiro, denotando um engajamento científico e político no combate e na interrupção da agenda antigênero.

Antecedentes no Chile

Desde 2015, uma agenda de políticas educacionais relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade sexual começou a ser implantada no Chile. Foi durante o segundo governo da presidenta socialista Michelle Bachelet que o Ministério da Educação divulgou uma série de documentos orientadores para escolas públicas e privadas visando sensibilizar sobre temas como sexismo, discriminação de gênero e homofobia. A produção desses documentos foi motivada por diferentes razões.

A primeira delas foi a necessidade de alinhar o país às diretrizes da UNESCO, que desde 2015 promovia internacionalmente medidas para tornar visível a discriminação contra a população LGBTQIA+ no sistema escolar e ativar processos de inclusão e reconhecimento da diversidade. Em segundo lugar, desde 2011, o movimento estudantil chileno ganhou protagonismo ao introduzir novos referenciais discursivos na sociedade chilena, como o direito à educação gratuita e de qualidade para toda a população. Dado o fortalecimento do movimento feminista entre as jovens universitárias, também se advogou pela liberdade dos direitos reprodutivos, pela não discriminação de gênero e pela igualdade entre mulheres e homens. Em 2018, o movimento feminista dentro das universidades ganhou ainda mais força para denunciar a violência e o abuso sexual nas instituições. No que ficou conhecido como o *maio feminista chileno*, muitas universidades foram ocupadas por mulheres e pessoas LGBTQIA+ para denunciar a desigualdade, a discriminação de gênero e, especialmente, tornar visível que a violência de gênero estava enraizada em um sistema patriarcal que permeava todas as instituições do Estado e da sociedade. Em terceiro lugar, as organizações da sociedade civil que defendem os direitos das pessoas LGBTQIA+ também conseguiram mobilizar suas reivindicações com mais força, especialmente em torno de dois propósitos: a promulgação do casamento igualitário e o reconhecimento das identidades trans.

Nesse contexto de abertura de novos temas na sociedade chilena, começou a se instalar um reconhecimento da diversidade sexual no sistema escolar e, de forma mais significativa, avançou-se em um discurso de igualdade entre mulheres e homens e de rejeição à violência sexista. Os documentos mais emblemáticos desse período foram as *Orientações para o desenho e implementação de um programa em sexualidade, afetividade e gênero* (2017); *Orientações para a inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex no sistema educacional chileno* (2017; 2022) e *Oportunidades curriculares para a educação em sexualidade, afetividade e gênero* (2018). Adicionalmente, a Superintendência de Educação promulgou, em 2017, a Circular 0768 para a inclusão de estudantes trans no sistema escolar, poucos anos depois atualizada através da circular 812. Este último documento teve um caráter obrigatório, não apenas orientador, pois indica que nas escolas deve-se respeitar a identidade social da infância trans a partir dos 14 anos; protege o direito de meninas e meninos usarem as roupas que considerem convenientes; e obriga as escolas a contar com espaços seguros e protegidos para resguardar sua integridade física e psicológica.

A instalação dessas normativas no sistema escolar gerou reações críticas de setores ultraconservadores. Especialmente através de cartas em jornais, surgiram opiniões de atores/atrizes da sociedade civil denunciando uma alteração na liberdade das famílias de educar seus filhos e filhas, aspecto consagrado na constituição de 1980. A reação mais eloquente, sem dúvida, foi a instalação, em 2017, do chamado Ônibus da Liberdade com o slogan *Con mis hijos no te meta* (Não se meta com meus filhos), dando visibilidade ao já mencionado movimento de mesmo nome nascido no Peru e que no Chile foi patrocinado pelo Observatório Legislativo Cristão. Suas críticas estavam direcionadas às leis de identidade de gênero, ao casamento igualitário e às tentativas de promover uma educação não-sexista e sem discriminação de gênero nas escolas. Este é o momento em que se pode observar a crítica à chamada ‘ideologia de gênero’, através da denúncia de seus/suas ativistas contra o que denominaram uma campanha do Estado para manipular e sexualizar crianças. Essa referência marca o início, pelo menos no espaço público, do surgimento dos grupos antigênero.

Entre 2019 e 2023 houve novos momentos de aparição formal desses grupos nas discussões legislativas sobre educação sexual integral nas escolas e sobre a lei do aborto. Em 2022 e 2023, consecutivamente, diversas organizações também expressaram suas opiniões formais nos processos de discussão para a redação de uma nova Constituição. Entre outros, destaca-se a Fundação Cuide Chile, vinculada ao partido de extrema-direita Republicanos, bem como diversas organizações evangélicas relacionadas ao Partido Social Cristão. Ambos os partidos têm representantes no parlamento, onde têm gerado ações para se opor às políticas de igualdade de gênero e denunciado o uso de dinheiro público em instituições universitárias que realizam programas ou pesquisas sobre gênero e sexualidade. A última investida pública foi no início de 2024, quando o Congresso chileno aprovou uma lei contra a violência de gênero que estipulava um artigo obrigando o Estado a fornecer uma educação não-sexista. Os grupos antigênero (ou chamados ‘contra a ideologia de gênero’) declararam que essa norma seria inconstitucional, pois supostamente atentaria contra a liberdade de ensino e o direito das famílias de educar seus filhos e filhas.

Até o momento, não existem estudos que permitam quantificar qual é a influência dos grupos antigênero no sistema educacional em termos de famílias que aderem aos seus postulados ou de professores/as que se recusam a ensinar educação sexual, entre outras coisas. No entanto, chama a atenção a expansão que têm conseguido através das redes sociais, da influência que possuem nas discussões legislativas e da presença nos meios de comunicação (ROJAS, 2024). Dado que o governo atual (2022-2026) favorece temas de gênero, esses grupos conservadores antigênero atuam como opositores através do parlamento e das redes sociais. É ainda incerta, entretanto, a projeção de sua influência caso o governo chileno mude de tendência política nas próximas eleições.

Agenda antigênero na educação: Brasil e Chile em contraste

Diante do acima exposto, dedicamo-nos ao aprofundamento do olhar relacional e comparativo transnacional. Conforme sinalizado, ao longo da última década, diferentes fenômenos contribuíram para a solidificação da agenda antigênero como um movimento significativo nos campos educativos brasileiro e chileno. Embora ambos partilhem de similaridades, a análise relacional permite-nos explorar também as especificidades que os constituem. Para tal, partimos da reflexão acerca dos/das atores/atrizes que ativam essa agenda em ambos os países e as alianças por eles/elas formadas na condução de políticas educativas.

Identificamos o Movimento ESP como um dos grandes articuladores do discurso antigênero e antifeminista no contexto educativo brasileiro. Em verdade, foi justamente a adesão a uma perspectiva conservadora e cristã que lhe garantiu ascensão e popularização, visto que sua pauta original por uma ‘educação neutra’ e de ofensiva anticomunista, sozinha, não gerava suficiente engajamento popular (MIGUEL, 2016). Em um movimento concomitante durante os anos 2010, aderiram a essa pauta políticos/as representantes da chamada Bancada Evangélica (geralmente de partidos vinculados à direita e à extrema-direita), tanto no Congresso Nacional quanto nos legislativos estaduais e municipais. Essa frente parlamentar reúne deputados/as, vereadores/as e senadores/as de orientação cristã – evangélica e católica em sua maioria – e usualmente defende posições políticas alinhadas a suas lideranças religiosas. Tais lideranças, notadamente pastores/as evangélicos/as e arcebispos católicos, são também agentes fundamentais na propagação do discurso antigênero em diferentes âmbitos da sociedade. Suas pregações e manifestações em redes sociais cumpriram um papel fundamental naquilo que, a partir da teoria gramsciana (GRAMSCI, 2011), identificamos como a inserção da narrativa da ‘ideologia de gênero’ como uma verdade no senso comum brasileiro. Através do pânico moral mobilizado por esses/as agentes, a suposta ameaça de sexualização de crianças e jovens nas escolas adquire um status de realidade discursiva e gera a radicalização de posicionamentos (JUNQUEIRA, 2022).

No Chile, as ideias antigênero têm sido mobilizadas por grupos conservadores de partidos de direita tradicional e de extrema direita com representação no Congresso. Também é possível identificar fundações de grupos religiosos católicos, junto com uma série de pequenos grupos evangélicos que se reúnem em torno de fundações ou organizações que defendem os direitos das famílias, da infância e que se opõem tenazmente às leis sobre o aborto (ROJAS, 2024). Esses grupos e atores/atrizes públicos/as convergem nos momentos de debate legislativo sobre a legalização do aborto e sobre a promoção da educação sexual nas escolas. É possível distinguir matizes em seus discursos, pois enquanto os grupos conservadores tradicionais oferecem argumentos para criticar ideias políticas sobre o Estado impondo critérios educativos à infância, ou que atentem contra o direito

à vida de quem está por nascer, os grupos evangélicos justificam seus argumentos de resistência nos ditames da Bíblia, nas influências nefastas dos organismos internacionais para propagar a ‘ideologia de gênero’ e sexualizar a infância, entre outros. Embora a atuação no debate público difira entre os grupos católicos conservadores e as associações evangélicas, no caso chileno, ambas as tradições convergem na crítica à ação do Estado na vida social e na educação, enfatizando que as famílias são as detentoras das decisões educativas. Por isso, existem alianças conjunturais entre esses/as atores/atrizes em torno da defesa de uma noção privatizadora da educação e uma férrea oposição à ideia de educação pública.

Uma diferença considerável entre os/as agentes conservadores/as de ambos os países diz respeito à experiência brasileira da institucionalização da agenda antigênero como política de governo. Conforme sinaliza Sonia Corrêa (2020), ao eleger-se presidente da República, Bolsonaro passou a traduzi-la em políticas públicas e diretrizes estatais. Ministros/as selecionados/as por Bolsonaro foram porta-vozes dessa política, notadamente Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores (um entusiasta da política externa de extrema-direita de Donald Trump), Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o discípulo de Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub, um dos muitos Ministros da Educação que compuseram esse governo.

Durante sua gestão, entre 2019 e 2020, Weintraub afirmou que a eliminação da ‘ideologia de gênero’ e o resgate do papel da família orientariam as políticas públicas de sua pasta. Foi a partir de suas declarações que se popularizou também a ideia dicotômica e dissimulada de que “famílias educam e escolas ensinam”, nutrindo uma narrativa em defesa de uma suposta “educação sem ideologia”, além de encorajar famílias e estudantes a denunciar docentes que se manifestassem contra o governo, prometendo “tomar providências”. Segundo ele, a escola “É para ensinar a ler, escrever, ciências, matemática, não é para doutrinar” (SANCHES, 2020).

Apesar da derrota da candidatura de Bolsonaro à reeleição em 2022, essas políticas não deixam de ser pauta de atores/atrizes políticos/as no Brasil contemporâneo. Deputados/as e senadores/as que integram o Congresso Nacional em 2024 – compreendido como o mais conservador da história brasileira desde a ditadura militar –, assim como inúmeros/as vereadores/as dos legislativos estaduais e municipais, seguem defendendo essa agenda na educação e reatualizando projetos de lei a partir dela. Nesse sentido, compreendemos que o cenário brasileiro se distingue do chileno por haver consolidado a representatividade de agentes antigênero no que se pode chamar de situação política, de modo que têm sido muito bem-sucedidos em seguir pautando o debate e dificultar iniciativas do atual governo em direção a políticas sociais mais progressistas e equitativas.

No que diz respeito à formação de alianças, em ambos os países é evidente a disposição de agentes alinhados a políticas (neo)liberais, de direita e extrema-direita, a comporem coalizões estratégicas (APPLE, 2003) com atores/atrizes antigênero. No Chile, há uma

representação parlamentar importante da extrema-direita. Em particular, as ideias anti-gênero se expressam explicitamente através de congressistas dos partidos Republicano e Social Cristão. Existem deputados/as de partidos de direita tradicional, como a União Democrática Independente e o Renovação Nacional, que também mobilizam opiniões de resistência às políticas de gênero. Nesses casos, entretanto, é possível notar maior heterogeneidade de opiniões entre seus/suas partidários/as, pois nem todos/as usam uma linguagem antigênero em suas intervenções ou se recusam a discutir a educação sexual, por exemplo. Mesmo em partidos de centro, como a Democracia Cristã, é possível observar algumas opiniões críticas ao avanço em temas de educação sexual no sistema escolar. Embora o Chile tenha avançado legislativamente na promoção de políticas públicas de gênero e diversidade sexual, existem discussões-chave, como o direito ao aborto livre ou a consolidação de uma política de educação sexual desde a primeira infância, que não puderam avançar no Congresso justamente pela oposição desses/as parlamentares.

No Brasil, representantes políticos/as autodeclarados/as defensores/as do liberalismo têm se somado a campanhas pontuais promovidas por grupos conservadores cristãos. Um exemplo simbólico pode ser apontado na atuação de Kim Kataguiri, um dos líderes do Movimento Brasil Livre – MBL, em uma onda de protestos em 2018 que levou ao fechamento de uma exposição de arte enfocando experiências de dissidências sexuais. A exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi alvo de ataques organizados “de grupos que viram nas obras apologia a pedofilia, zoofilia e blasfêmia” (CARNEIRO, 2018). Segundo Kataguiri, o MBL

defende a liberdade de expressão e protestou contra a Queermuseu pelo mau uso de dinheiro público, via isenção fiscal, para algo “que não representa a maior parte dos valores da sociedade” e porque crianças estavam sendo levadas para a exposição por escolas “sem a anuência dos pais” (CARNEIRO, 2018, online).

Alheios ou intencionalmente despreocupados com contradições ideológicas, agentes e grupos que se dizem defensores/as da liberdade de expressão não encontram empecilhos para defender atos de censura e autoritarismo no que diz respeito à manutenção das ordens sexuais e de gênero. Manifesta-se aí a formação estratégica e temporal teorizada por Michael Apple (2003) quando discute alianças entre grupos hegemônicos interessados em reformas educacionais. É justamente a flexibilidade ideológica que permite, a depender da conveniência política, que coalizões por poder sejam forjadas e rapidamente desfeitas.

Outro grupo bastante significativo que pode ser observado atuando como agente indireto da agenda antigênero no Brasil é o dos militares. Favorecida com considerável poder político durante os anos de governo Bolsonaro, a classe de militares popularizou-se como suposta solução aos problemas identificados por grupos conservadores e de extrema-direita na sociedade brasileira. Durante a última década, não foram raras as faixas nas ruas pedindo por intervenção militar.

Como política educacional implementada no primeiro ano do governo Bolsonaro, o Programa de Escola Cívico-Militares inseriu militares aposentados como parte da administração disciplinar de escolas públicas em diversos estados brasileiros. Embora os/as porta-vozes do militarismo no país não façam uso de discursos explicitamente sexistas e/ou LGBTQIA+fóbicos, identificamos essa perspectiva ser proliferada na defesa dessas escolas. Ao mesmo tempo em que defendem uma suposta educação neutra e não-ideologizada, militares promovem normas de conduta baseadas em padrões patriarcais, binários e essencialistas de gênero e sexualidade – movimento que visa resgatar uma ordem social e sexual ameaçada pelos avanços feministas e LGBTQIA+ na sociedade.

No que concerne aos componentes do discurso antigênero na educação brasileira e chilena, observamos algumas semelhanças e diferenças significativas. A partir das entrevistas conduzidas por Rojas com representantes da agenda antigênero no Chile, é possível identificar uma espécie de discurso de tolerância institucionalizado, que reconhece a existência de pessoas LGBTQIA+ e afirma que devem ser respeitadas. A sexualidade e a diversidade são toleradas como um tema restrito ao âmbito privado (de forma, muitas vezes, a dar espaço para a desconstrução da correspondência entre sexo e gênero), porém, jamais como tema educacional ou curricular. Há uma especificidade em relação ao nível de ensino ao qual se refere, sendo muito maior o rechaço à educação sexual para crianças da educação infantil. Há ainda alguns/umas agentes mais ‘moderados/as’ discursivamente que afirmam compreender as temáticas de gênero e sexualidade como objeto de estudos nas universidades, mas distanciando-as da possibilidade de tradução como conhecimento escolar.

No Brasil, por outro lado, manifesta-se uma negação mais veemente da diversidade, na qual, conforme colocam Dalmaso-Junqueira e Moeller (2024), reconhecer a existência de sujeitos/as e grupos dissidentes já se configura como ameaça ontológica a si e a sua forma de ver o mundo. Ainda que haja agentes mais ‘moderados/as’ no sentido da tolerância, o discurso antigênero hegemônico no Brasil inclina-se mais na direção de declarações como as feitas por Bolsonaro, ao afirmar que as escolas não deveriam “ensinar para a criança que ser gay é normal” (MATOS, 2022, *online*). Na voz desses/as brasileiros/as, e a partir dos dados levantados em nossa investigação acerca das alianças conservadoras, o repúdio à educação sexual se alastra em relação a todo o sistema de educação. Há preocupação manifesta com as infâncias, mas pode-se observar a pauta antigênero de forma bastante generalizada sobre todos os níveis educacionais.

Também há ressonância entre os contextos brasileiro e chileno no que diz respeito à defesa dos direitos das famílias a eleger a educação adequada para seus filhos e filhas. Em ambos os países, é possível identificar essa centralidade discursiva sobre as famílias (cisheteronormativas) como instituição que funda e sustenta a sociedade mas, mais do que isso, como agente decisório sobre o campo educativo. A terminologia e os recursos retóricos utilizados, entretanto, divergem.

No Chile, a “liberdade de ensino” consta como direito no artigo 3º da Lei nº 20.370 Geral de Educação. Embora soe similar à liberdade de cátedra, direito constitucional brasileiro (BRASIL, 1988), a liberdade de ensino chilena diz respeito, entre outros fatores, ao direito de familiares escolherem a instituição de ensino à qual mandam suas filhas e filhos. De acordo com a investigação de Rojas, essa ideia é utilizada por todos os grupos envolvidos na agenda antigênero chilena para combater o avanço da educação sexual, de gênero e diversidade. Há aí a defesa da liberdade desde uma perspectiva mercantil, que coloca famílias como consumidoras da educação em seu direito de demandar produtos específicos – ainda que esses produtos digam respeito à formação intelectual e ideológica de crianças e jovens. Já no Brasil, é a partir do princípio do pluralismo de ideias na educação – presente no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) – que muitos/as agentes conservadores/as têm sido observados/as defendendo que não sejam ‘impostos’ modos de vida dissidentes e que princípios de famílias cisheteronormativas não sejam ‘atacados’.

O que ambos os fenômenos compartilham é a estratégia conservadora do uso de respaldo legal para fundamentar seus argumentos. Como resultado de uma etapa prévia de nossas investigações acerca da aliança conservadora, identificamos o respaldo legal como recurso bem-sucedido desses/as agentes ao mobilizarem leis, estatutos, convenções e pactos nacionais e internacionais, a depender da conveniência de seus textos à causa defendida. O caso do pluralismo de ideias no Brasil chama atenção por subverter um conceito historicamente associado a perspectivas democráticas e inclusivas de educação, de modo a construir uma narrativa que retrata o pensamento conservador e cristão como vítima da suposta falta desse pluralismo previsto na Constituição. Ali, para além dessa estratégia de respaldo legal, se manifesta também o componente da agenda antigênero que apontamos anteriormente, na apropriação e ressignificação da linguagem produzida por movimentos sociais, de modo a pautar o debate.

Outro elemento investigado por nós refere-se à articulação frequente da pauta antigênero com agendas racistas supremacistas brancas, nacionalistas e anti-imigrantes, conforme também sinalizado por Dalmaso-Junqueira e Moeller (2024). No Brasil, o já referido Programa de Escolas Cívico-Militares – PECIM talvez seja um dos exemplos mais simbólicos dessa articulação. A implementação dessa política nas escolas públicas brasileiras tem demonstrado, através de um crescente número de denúncias (ALFANO, 2023; CALDAS, 2023; UOL, 2022) que são os corpos de meninas, pessoas LGBTQIA+ e negras os mais afetados pela lógica militarista na educação.

Na aplicação dos códigos de conduta e vestimenta previstos pelas escolas participantes do programa, militares têm discriminado a expressão identitária de crianças e jovens. Enquanto meninas são orientadas a usar acessórios pequenos e discretos, meninos são proibidos de usar qualquer tipo de adorno, como brincos, por exemplo (SANTOS, 2020). Há aí uma medida visível de normalização de padrões tradicionais cisheteronormativos

de feminilidade e masculinidade – uma demanda cara ao movimento antigênero. Ao mesmo tempo, meninas e meninos negros já foram, em diferentes cidades brasileiras, impedidos de entrar em aula por não terem o corte de cabelo ou o penteado adequados às normas militares. Nesse sentido, observa-se um cabelo *black power* tornar-se sinônimo de indisciplina e/ou desrespeito. Segundo feministas negras como Patricia Hill Collins (2019), é a partir de imagens de controle que a sociedade logra perpetuar a anti-negritude, atacando a autoestima e o poder de autodefinição de meninas e meninos negros. Sendo as escolas públicas o foco do PECIM e também o maior destino de estudantes negras/os no Brasil, entende-se que a militarização propõe controlar e domesticar esse tipo específico de juventude, ao atualizar uma ordem social autoritária, antigênero, antifeminista e racista.

No Chile, embora o debate acerca das desigualdades raciais seja ainda um tema social e acadêmico incipiente, é possível sinalizar um entrecruzamento contraditório entre as pautas de gênero e políticas antimigratórias. De acordo com o Centro de Estudos Públicos – CEP e o Serviço Nacional de Migrações, a migração no Chile duplicou entre os anos de 2017 e 2022, sendo 33% dessa população composta por venezuelanos/as, 15% peruanos/as, 12% colombianos/as e 11,4% haitianos/as (LABORDE, 2024). Há, entretanto, um perfil de migrantes considerado mais ‘adequado’ pela população chilena, conforme estudo conduzido pelo CEP. Aponta-se que mulheres sozinhas e pessoas com alto grau de qualificação profissional são mais bem-recebidos/as que a média de migrantes; mais do que isso, há um alto nível de rejeição a migrantes venezuelanos/as e colombianos/as, especificamente (LABORDE, 2024). (Re)produzindo estereótipos vinculados a essas populações, a percepção da maioria dos/das chilenos/as ouvidos/as é de que o recente crescimento do volume migratório e o aumento da delinquência no país estão associados.

No que concerne ao campo educativo, essa manifestação xenofóbica pode ser observada em distintos contextos. Em nossa investigação, ouvimos membros de equipes pedagógicas relatarem a existência de uma segregação entre estudantes chilenos/as e estrangeiros/as, na qual alunas e alunos migrantes acabam por formar grupos de convivência entre semelhantes. Ao mesmo tempo, tivemos contato com contextos escolares em que políticas de gênero e sexualidade são bem-vindas, encorajadas e efetivamente implementadas e – de forma contraditória – estereótipos xenofóbicos têm espaço para se reproduzir. É o caso de algumas pessoas entrevistadas por Daniela Saéz Osses (2024) em sua dissertação de mestrado.

Em uma escola-referência por sua política vanguardista de equidade de gênero e sexualidade, alguns/umas docentes manifestaram dificuldades em abordar essas temáticas com famílias migrantes, por terem uma “cultura patriarcal mais forte”. Estudantes e famílias migrantes são generalizados/as como grupos culturais mais conservadores em alguns desses contextos, o que pode provocar uma dualidade de intencionalidades pedagógicas e visões de mundo. De acordo com um entrevistado por Saéz Osses, “Tem uma linha que está se abrindo fortemente, porque para combater o machismo, às vezes estamos trabalhando de forma racista, e isso é um problema” (SAÉZ OSSES, 2024, p. 45).

Explorando essas relações contraditórias, os grupos antigênero chilenos também encontram nas populações migrantes um dos inimigos a serem combatidos. Embora as feministas e a população LGBTQIA+ se constituam como “inimigos primários”, a agenda antigênero chilena preocupa-se também em denunciar agentes globalistas e suas causas, como a UNESCO e as Nações Unidas. Em contraposição à postura humanitária frente aos movimentos migratórios e às políticas de equidade de gênero presentes em agendas globais, grupos conservadores têm no inimigo externo um alvo comum, que estaria ameaçando as famílias chilenas. Esse é um componente comum da agenda antigênero em países do Norte Global que também vivenciam a “chegada de inimigos externos” a partir de crises migratórias e de refugiados/as, o que dá combustível à reprodução de políticas de extrema-direita e antifeministas (PINHEIRO-MACHADO & VARGAS-MAIA, 2023).

No Brasil, em contrapartida, observa-se com muito mais intensidade o combate ao inimigo interno. Conforme apontam Rosana Pinheiro-Machado e Tatiana Vargas-Maia (2023), os/as inimigos/as da extrema-direita brasileira também são percebidos/as sob o viés da branquitude, porém, advêm da sua própria população. Para agentes antigênero brasileiros/as, quem deve ser combatido/a são ‘esquerdistas’, ‘comunistas’, ‘feministas’, ‘gayzistas’, negros/as, quilombolas e indígenas. Enquadram-se como inimigos/as todos/as os/as sujeitos/as e grupos sociais que ameaçam o *status quo* a partir da demanda por políticas estatais e educacionais de equidade. É nesse sentido que se encaixam os ataques conservadores à Lei 11.645/08, que institui o ensino das culturas afro-brasileira e indígena como parte dos currículos escolares brasileiros. A ameaça à ordem social estabelecida passa a ser, por consequência, a ameaça à ordem sexual e, em função disso, a ‘ideologia de gênero’ também se torna foco central nessa cruzada.

Considerações finais

A partir de um quadro teórico e de dados empíricos coletados em pesquisa, buscamos oferecer um panorama comparativo acerca do movimento global antigênero e suas manifestações no Brasil e no Chile. Com as lentes da análise relacional transnacional, refletimos acerca das similaridades, diferenças e contradições presentes nesse fenômeno, de modo a visibilizar seu caráter autoritário e excludente, que tem efeitos nefastos no campo educacional. Através da reprodução de estereótipos, preconceitos e do resgate de um projeto societário patriarcal, cisheteronormativo e racista, a agenda antigênero se configura como objeto urgente de investigações e iniciativas de resistência. Nossa intenção com o presente trabalho se soma a esse movimento, ao contribuir com um contraste entre países latino-americanos que, embora distintos, compartilham de uma herança colonizadora, assim como de forças de resistência e insurgência.

Conforme apresentamos, os níveis de institucionalização da agenda antigênero são distintos entre Brasil e Chile. No Brasil, a oposição às políticas educativas de gênero e sexualidade já atingiu um grau significativo e institucional, consolidando-se durante o governo Bolsonaro, que legitimou e deu recursos a tal agenda. No Chile, ainda que em fase inicial, é possível observar-se um movimento análogo, que se alastra a partir da suposta defesa das infâncias e da família como instituição tradicional a ser preservada. Considerando essas ondas nacionais, portanto, entendemos ser fundamental identificar similaridades e particularidades de ambos os contextos, e o que isso pode indicar para o futuro chileno, visto que muitas das tendências observadas no Brasil antes do governo Bolsonaro emergem no Chile.

Para o Brasil, em contrapartida, o exemplo chileno oferece lições valiosas, especialmente em termos de institucionalização da tolerância e de políticas de gênero e diversidade sexual. Ainda que não disponha de uma política de educação sexual integral, o Chile possui um arcabouço normativo bastante mais robusto, que promove esses temas e protege suas populações. Além disso, a partir do caso brasileiro podemos compreender que a proliferação de uma agenda antigênero depende em muito de um apoio governamental. No Chile, nenhum governo até o momento deu legitimidade a essa agenda; pelo contrário, tanto os governos Bachelet quanto Boric instituem uma sensibilidade feminista que se opõe firmemente a essas ideias. É com a intenção científica-ativista de que podemos contribuir para o fortalecimento dessa sensibilidade – e o enfrentamento e interrupção do avanço dos grupos vinculados à agenda antigênero – que nos propomos a realizar este trabalho.

Recebido em: 15/08/2024; Aprovado em: 15/10/2024.

Notas

- 1 *Con mis hijos no te metas* (*Não se meta com meus filhos*, em tradução do espanhol) é um movimento político-social criado no Peru, em dezembro de 2016, como oposição às políticas públicas do governo para a incorporação da abordagem de gênero na educação e em outras áreas da administração pública. Muito semelhante ao Escola Sem Partido no Brasil, esse movimento faz uso das narrativas da ‘ideologia de gênero’ que estaria sendo imposta sobre crianças e jovens nas escolas e defende a supremacia dos direitos das famílias sobre a educação de suas filhas e filhos. O movimento se expandiu para outros países da América Latina e atualmente pode ser identificado também em países da Europa e nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2022).
- 2 Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Edital 14/2023).
- 3 Projeto financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FONDECYT Chile – 1221467).

Referências

- ALFANO, Bruno. Cores vivas, penteado de surfista e “cabelos volumosos soltos”: conheça as proibições dos colégios militares que o MPF quer derrubar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jul. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/07/15/cores-vivas-penteado-de-surfista-e-cabelos-volumosos-soltos-conheca-as-proibicoes-dos-colegios-militares-que-o-mpf-quer-derrubar.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2024.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- APPLE, Michael W. *Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- ARAÚJO, Viviane da Silva. Reação conservadora, cultura visual e cultura política: o discurso do movimento Con Mis Hijos No Te Metas e os estereótipos de gênero. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, setembro 2022. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2022.
- BARZOTTO, Carlos Eduardo. Ideologia de gênero: possibilidades de análise a partir de uma revisão de literatura. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 1, 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BUTLER, Judith. What Threat? The Campaign Against “Gender Ideology”. *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*, n. 3, 2019.
- CALDAS, Ana Carolina. Escolas cívico-militares são marcadas por casos de abuso de autoridade. *Brasil de Fato*, Paraná, 19 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2023/07/19/escolas-civico-militares-sao-marcadas-por-casos-de-abuso-de-autoridade>>. Acesso em: 22 out. 2024.
- CARNEIRO, Júlia Dias. “Queermuseu”, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. *BBC News*. Rio de Janeiro, 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>>. Acesso em: 22 out. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, Sonia & PATERNOTTE, David. The globalisation of anti-gender campaigns. *IPS Journal*, 2018.
- CORRÊA, Sonia. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. *Conectas: direitos humanos*. 07 mar. 2020.
- DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna. *Pedagogia da Esperança Feminista: aprendendo com docentes da educação básica em tempos de modernização conservadora no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna & MOELLER, Kathryn. Um quadro analítico para teorizar a agenda antigênero na educação. *Education Policy Analysis Archives*, Phoenix, v. 32, n. 60, 2024. <https://doi.org/10.14507/epaa.32.8829>
- EL PAÍS. O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html>. Acesso em: 22 out. 2024.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender, Gente* (Belgium), v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016.

GRAFF, Agnieszka & KOROLCZUK, Elżbieta. *Anti-gender politics in the populist moment*. Londres: Routledge, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks: Three Volume Set*. New York: Columbia University Press, 2011.

HAMLIN, Cynthia. L. Gender ideology: an analysis of its disputed meanings. *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 3, p. 1001-1022, 2020.

HART, Gillian. *Disabling Globalization: places of power in post-apartheid South Africa*. Berkeley, CA: University of California Press, 2002.

HOLVIKIVI *et.al.* *Transnacional Anti-Gender Politics: feminist solidarity in times of global attacks*. New York: Springer Nature, 2024.

JUAN-TORRES, Miriam. Unpacking the Far Right's Gender Politics. *Connecting the Dots, Democracy and Belonging Forum*, n. 13, 20 abr. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério. *A Invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.

KUHAR, Roman & PATERNOTTE, David. *Anti-gender campaigns in Europe: mobilizing against equality*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2017.

LABORDE, Antonia. El perfil de los migrantes que dejarían entrar los chilenos a Chile si pudieran elegir: altamente calificados y mujeres solas. *El País*. 08 maio 2024. Disponível em: <<https://elpais.com/chile/2024-05-08/el-perfil-de-los-migrantes-que-dejarian-entrar-los-chilenos-a-chile-si-pudieran-elegir-altamente-calificados-y-mujeres-solas.html>>. Acesso em: 22 out. 2024.

LACERDA, Marina Basso. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

MATOS, Caio. Os homossexuais na visão de Bolsonaro. *Congresso em Foco*. S.l., 25 set. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard & CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 3, pág. 725-748, dezembro de 2017.

MOELLER, Kathryn. *The Gender Effect: capitalism, feminism, and the corporate politics of development*. Oakland: University of California Press, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana & VARGAS-MAIA, Tatiana (Eds.). *The Rise of the Radical Right in the Global South*. Abingdon: Routledge, 2023.

REZENDE, Daniela & SOL, Aruna. "Ideologia de gênero" na produção acadêmica brasileira recente. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 2, 2021.

ROJAS, Maria Teresa. Neoconservadurismos en la educación chilena: emergencia de los actores antigênero en el debate público, *Educ. Soc.*, Campinas, 2024, v. 45, e274884, 2024.

SÁEZ OSSES, Daniela. *La traducción de políticas de género y diversidad sexual a nivel local: El caso del sostenedor municipal y de un liceo de la comuna de Santiago*. Dissertação (Mestrado em Política Educativa) – Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile, 2024.

SANCHES, Mariana. Ideologia de Gênero, indígenas, China: as contradições entre o que pensam Weintraub e o Banco Mundial. *BBC News*. Washington, 20 jun. 2020.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. *Práxis educativa*, v. 15, e2015348, 2020.

SILVA, Elder. A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 269–296, 2018.

UOL. Aluna é barrada em escola militar devido ao cabelo crespo: "Precisa alisar". São Paulo, 07 abr. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/04/07/aluna-e-impedida-de-entrar-em-colegio-militar-devido-ao-cabelo-crespo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2024.